11:12 Vo)) LTE 73%

Opinião do GLOBO

É hora de recobrar um clima de normalidade

Musk não pode ignorar ordens judiciais, mas reação do STF deve evitar voluntarismos

Elon Musk foi irresponsável ao se recusar a cumprir ordens da Justiça brasileira para remover posts e contas da rede social X (ex-Twitter), sob a alegação de preservar a liberdade de expressão. Em reação, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o incluiu na investigação sobre milícias digitais e impôs multa a cada ordem descumprida.

É evidente que, como qualquer empresa que atua no Brasil, o X tem de seguir as leis e determinações da Justiça brasileira. E, no que diz respeito à liberdade de expressão, elas são mais restritivas que as americanas. Em particular, há salvaguardas para preservar as instituições. A Constituição protege todo tipo de discurso, mesmo o antidemocrático, mas há limites. A legislação eleitoral e resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) coibiram teorias conspiratórias sobre as urnas eletrônicas ou fantasias sobre o resultado da eleição de 2022. Conclamar e tramar golpes de Estado representa afronta à Lei do Estado Democrático de Direito. O Marco Civil da Internet também impõe outras restrições necessárias.

Foi com base nesse arcabouço jurídico que o Supremo bloqueou contas e suspendeu postagens na campanha eleitoral e nas investigações sobre o 8 de Janeiro, a maior ameaça recente à democracia brasileira. "Algum endurecimento da Justiça foi necessário para conter as ações antidemocráticas", diz Pablo Ortellado, professor da USP e colunista do GLOBO. Mas isso não significa que todas as decisões do STF tenham sido ou sejam razoáveis. "O 8 de Janeiro aconteceu há mais de um ano e as suspensões de conta permanecem, sem boa justificativa."

Felizmente, graças em grande parte ao Supremo, a democracia não está mais sob ameaça iminente. Por isso não se justifica que investigações continuem a tramitar em segredo de Justiça. Não se sabe sequer quantas contas o STF mandou suspender no X, a quem pertencem, nem por quê. A falta de transparência torna impossível avaliar se as exigências da lei foram respeitadas e empresta certa credibilidade às acusações de arbítrio contra o Supremo, especialmente da extrema direita.

Tirar um post do ar pode ser justificável quando houver conteúdo que atente contra a lei. Suspender uma conta, porém, deveria exigir crivo mais rigoroso, pois equivale a cercear *a priori* o direito à expressão, algo que só se justifica se a investigação comprovar uso para crimes graves (terrorismo, pedofilia, conspiração para tomar o poder etc.). O pior, diz o jurista Gustavo Binenbojm, seria o STF confundir meras declarações antidemocráticas — por mais repugnantes — com atos antidemocráticos que ameaçam instituições.

Nada justifica a teimosia de Musk em descumprir ordens judiciais. Mas Moraes deveria evitar medidas extremas, como suspender o X no Brasil, ameaça usada contra o Telegram antes das eleições. Isso puniria milhões que usam a plataforma dentro da lei, acirraria o conflito e prejudicaria o debate sobre uma regulação eficaz, capaz de proteger a livre expressão e, ao mesmo tempo, pôr fim à terra sem lei das redes.

O foro adequado para tal debate é o Congresso, onde tramita o PL de Regulação das Redes Sociais, que, se aprovado, traria clareza jurídica a situações como a enfrentada pelo STF diante do X. Quanto à Justiça, deve agir com mais transparência e entender que não é hora de acirrar as tensões, mas de recobrar o clima de normalidade institucional essencial a toda democracia.

Invasão de embaixada mexicana em Quito viola Direito Internacional

Polícia equatoriana entrou na representação diplomática para prender ex-vice que pedira asilo

A invasão da Embaixada do México em Quito por forças equatorianas foi uma violação nítida do Direito Internacional. Na sexta-feira, policiais entraram no prédio para prender o ex-vice-presidente do Equador Jorge Glas, horas depois de ele receber asilo oficial do México. Condenado por corrupção, Glas estava na embaixada desde dezembro. Para se defender, o governo equatoriano justificou a ação dizendo que a missão diplomática tinha abusado de suas imunidades e privilégios. O argumento é absurdo.

A reação na América Latina à ordem dada pelo presidente do Equador, Daniel Noboa, ultrapassou linhas ideológicas. Da Argentina, governada pelo ultradireitista Javier Milei, à Colômbia, do esquerdista Gustavo Petro, a condenação foi unânime. O Itamaraty repudiou a invasão "nos mais firmes termos". Nações Unidas, Estados Unidos e União Europeia também se manifestaram. No sábado, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, rompeu relações com o Equador.

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961, estabelece a inviolabilidade dos edifícios e terrenos usados para abrigar as missões de países estrangeiros. Em seu artigo 22, afirma textualmente: "Os agentes do Estado acreditado não poderão neles penetrar sem consentimento". Noutro trecho veda qualquer "busca, requisição, embargo ou medida de execução".

Um dos casos de asilo recentes de maior destaque envolveu o próprio Equador. Julian Assange, fundador do WikiLeaks, ficou sete anos na embaixada do país em Londres, numa tentativa de escapar de pedido de extradição feito por autoridades americanas. Os britânicos respeitaram a inviolabilidade e só detiveram Assange quando o Equador aceitou acabar com o asilo.

Com a invasão da embaixada do México para combater um acusado de corrupção, Noboa pretende recuperar apoio popular. Embora alto, seu índice de aprovação está em queda. Aos 35 anos, ele foi eleito em outubro para cumprir um mandato tampão depois que o antecessor antecipou o pleito. Suas chances de reeleição no ano que vem dependem da solução da grave crise de segurança pública que tomou conta do país, às voltas com facções do tráfico. A aposta de Noboa é fortalecer a fama de durão. Um primeiro teste aconteceu em 21 de abril, quando os equatorianos irão às urnas votar em referendo sobre temas como a maior presença das Forças Armadas nas ruas.

Glas foi vice-presidente de Rafael Correa, um populista de esquerda que hoje vive na Bélgica. Implicado em caso de corrupção envolvendo a brasileira Odebrecht, Glas foi condenado a seis anos de prisão. Uma segunda condenação, com Correa, acrescentou cinto anos à pena. No final de 2022, seus advogados conseguiram libertá-lo sob o argumento de que não estava seguro atrás das grades.

O presidente do Equador pode achar que tinha boas razões para ordenar a invasão da embaixada. Logo perceberá que violar convenções e a soberania de outros países cobrará um preço. Afinal, o combate ao crime organizado depende de cooperação internacional.

Artigos

oglobo.globo.com/opinion/
cartas@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA

blogs.oglobo.globo.com/merval-pereira
editoria.artigos@oglobo.com.br

X tem de ser punido

Mesmo que não tenha havido uma reunião formal para tal, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tomaram uma decisão unânime e inabalável: estar ao lado do ministro Alexandre de Moraes em qualquer decisão que tome. Ele é considerado por seus pares como decisivo para defender a democracia e o Estado Democrático de Direito, não apenas no pós-8 de Janeiro, como em todo o período anterior, em que Bolsonaro conspirava com militares aliados na tentativa de dar um autogolpe que garantisse sua permanência no poder.

A nota do presidente do Supremo, ministro Luís Roberto Barroso, sobre as atitudes de Elon Musk, controlador do X, ex-Twitter, tem o sentido de demonstrar que Moraes não toma as decisões sozinho, mas respaldado por seus pares. A solução para esse embate seria a regulamentação da atuação das redes sociais em território nacional, que deve respeitar nossas peculiaridades. O ideal seria que já tivéssemos atingido um amadurecimento de nossa democracia permitindo que opiniões, por mais repulsivas que sejam, pudessem ser divulgadas pela internet sem causar abalos a nossa estabilidade política.

Se tivéssemos tido um governo normal nos últimos anos, mesmo que de direita, mas democrática, já poderíamos ter atingido esse patamar. Mas não devemos esquecer que passamos os quatro anos de governo Bolsonaro com um governante conspirando diariamente contra a democracia, fazendo com que decisões às vezes abusivas fossem adotadas para conter o avanço autoritário. São contradições de uma democracia jovem, que ainda enfrenta obstáculos a sua estabilização.

Certamente houve excessos por parte do Supremo desde que o inquérito sobre abusos nas redes sociais passou a ser o desaguadouro de outros tantos inquéritos, e Moraes prevento como relator de todos. Também passaram a ser vistos como ataques ao Supremo os ataques pessoais a ministros. Não é possível considerar a rejeição pessoal rejeição à instituição, mesmo que essa rejeição institucional seja majoritária. Uma agressão pessoal não pode ser aceita em nenhum caso, mas não é aceitável que o aparato policial seja mobilizado, mesmo em território estrangeiro, por causa de uma pendenga privada.

O grave é o X desobedecer a uma ordem judicial brasileira, permitir que o blogueiro Allan dos Santos volte a usá-lo para atacar o governo

O STF foi fundamental nessa quadra, e a figura de Moraes se destacou, com o assentimento de seus pares. O correto, agora, é que a regulamentação dos novos meios digitais venha, pelo Supremo ou pelo Congresso, de preferência por este. Já devia ter sido feita naquele primeiro momento em que estava tudo encaminhado. Não devia ter sido abandonada pelos parlamentares, mas a pressão das grandes empresas foi decisiva para suspender o debate.

É um ponto a ser considerado pelos próprios parlamentares, para que não pairem dúvidas sobre a aceitação de pressões políticas e econômicas por parte das grandes empresas de tecnologia. É um absurdo o X permitir que o blogueiro Allan dos Santos volte a usá-lo, mesmo com a proibição da Justiça brasileira. É uma afronta e deve ser punida. Também já é hora de deixar de ver como crime as críticas às nossas instituições, desde que não se apele para campanhas defendendo sua extinção ou desrespeito às suas decisões.

Essa baboseira de Musk, claramente em campanha política pela direita internacional, ficar falando mal de Moraes, dizer que merece ser destituído, que temos uma ditadura não tem a menor importância, deve ser deixada de lado. O grave, passo importante na confrontação com o governo, é o X desobedecer a uma ordem judicial brasileira, permitir que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, volte a usá-lo para atacar o governo.

Não creio que retirar o X do ar seja uma punição razoável, até porque deixará muita gente sem canal de expressão. Mas a empresa tem de ser punida e não pode usar a tecnologia para burlar leis do país onde atua.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Visser da, Fábiola Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cordeiro Frosa - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Bathia - bathia@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Frédal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bathia - bathia@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Caruso - ecarus@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Catrson Filho - wilterc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entrega de muito madrugada
da assinatura. Recomendamos qualquer contato a respeito desses temas.
Para ler O GLOBO em uma parte de vendas, acesse para
vendas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias:
(21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados:
(21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5100

FSC MIX CREDIT
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais em fsc.org.br
Certificado FSC
CARBON FREE